

[Digite texto]

Políticas públicas em educação: apontamentos reflexivos sobre o PDE - programa de desenvolvimento educacional do estado do Paraná

Public policies in education: reflective considerations on the PDE - educational development program of the state of Paraná

Las políticas públicas en materia de educación: apuntes reflexivos sobre el PDE - programa de desarrollo educativo del estado de Paraná

Daniel Soczek¹

¹ Doutor em Sociologia pela UFSC. Professor e pesquisador no Centro Universitário UNINTER. Professor da Rede Pública de Ensino no Paraná. E-mail: danielsoczek@grupouninter.com.br; danielsoczek@seed.pr.gov.br

RESUMO

Este texto apresenta dados preliminares de uma pesquisa em andamento sobre o PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional no Estado do Paraná. Tem por objetivo apontar elementos que colaborem para a construção de indicadores de avaliação do impacto deste programa nas escolas públicas do Estado do Paraná em termos de melhoria de qualificação profissional dos professores e seus resultados na melhoria da qualidade do ensino na rede pública de educação. Nesta fase da pesquisa, além de fontes bibliográficas, foram utilizados os documentos da SEED (Secretaria de Estado da Educação do Paraná) sobre o PDE disponibilizados no portal dia-a-dia educação além de dados de duas pesquisas sobre o perfil dos adolescentes brasileiros afim de auxiliar nas reflexões sobre a política pública em tela considerando o público ao qual ela se destina. Alguns apontamentos iniciais desta pesquisa indicam a necessidade de repensar as políticas públicas em educação e o PDE como uma alternativa para a melhoria da Educação no Estado do Paraná pensando a Escola como espaço de construção de uma práxis cidadã pela formação continuada de seus professores.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Programa de desenvolvimento educacional.

ABSTRACT

This text presents preliminary data from an ongoing research on PDE - Educational Development Program in Paraná State. The goal is to identify elements that will contribute to the construction of evaluation indicators about the impact of the program on public schools of Paraná State in terms of improving the professional qualification of teachers and their results in improving the quality of teaching in the

Políticas públicas em educação: apontamentos reflexivos sobre o PDE - programa de desenvolvimento educacional do estado do Paraná

educational public system. At this stage of the research, documents from the SEED (Paraná State Department of Education) about the PDE available on the portal *Dia a Dia Educação* were used, in addition to bibliographic sources. Data from two studies on the profile of Brazilian adolescents were also used in order to assist in discussions about public policy in screen considering the public to which it is intended. Some initial notes in this study indicate the need to rethink the educational public policies and the PDE as an alternative for the improvement of education in the Paraná State. The school has to be thought as space for the construction of the citizenship by continued training of its teachers.

Key words: Educational Policies. Teacher formation. Educational development program.

RESUMEN

Este texto presenta los datos preliminares de un estudio en curso sobre el PDE - Programa de Desarrollo Educativo en el Estado de Paraná. Tiene por objetivo demostrar elementos que contribuyan a la construcción de indicadores de evaluación del impacto de este programa en las escuelas públicas del Estado de Paraná en términos de mejora de la cualificación profesional de los profesores y sus resultados en la mejora de la calidad de la enseñanza en el sistema público de educación. En esta fase de la investigación, además de las fuentes bibliográficas, se han utilizado los documentos de la SEED (Secretaría de Estado de la Educación de Paraná) sobre el PDE disponible en el portal Día a Día Educación, además de los datos de dos estudios sobre el perfil de los adolescentes brasileños con el fin de ayudar en las reflexiones sobre la política pública actual considerando el público al que está destinado. Algunas notas iniciales de esta investigación indican la necesidad de replantear las políticas públicas en el ámbito de la educación y el PDE como una alternativa para el mejoramiento de la Educación en el Estado de Paraná pensando en la escuela como un espacio para la construcción de una praxis de formación continua de sus docentes.

Palabras-clave: Políticas educacionales. Formación de profesores. Programa de Desarrollo Educativo.

INTRODUÇÃO

O problema da desigualdade no Brasil é reconhecido tanto no meio acadêmico quanto pelo chamado senso comum. A luta contra essa desigualdade, entretanto, não ganha a dimensão necessária para sua superação por várias razões. Há quem fale de uma “herança cultural” que remonta ao período colonial da história do Brasil onde nunca foi prioritária a construção do hábito cívico da participação democrática nas decisões públicas. Outros apontam o contexto neoliberal contemporâneo, principalmente a partir dos anos 80, para citar apenas duas linhas de análise possíveis quanto ao trato desta temática (FURTADO, 1974; MATOSO, 2010). Não obstante às reflexões desta natureza,

não podemos esquecer que a questão da desigualdade, principalmente a partir da segunda metade do século XX, passou a ser tratada no Brasil também a partir de uma categoria, em princípio, econômica, mas que acabou ganhando desdobramentos diversos: a categoria analítica “desenvolvimento”.(BRESSER-PEREIRA, 2012; PREBISCH, 1949). Este conceito tornou-se consenso e está sempre presente quando se discute políticas públicas. De certa forma, todas as políticas públicas aspiram ao “desenvolvimento de....”

Para que uma política pública atenda às demandas por desenvolvimento (no sentido lato deste conceito) é fundamental a participação de todos os envolvidos nos processos decisórios: assumimos aqui o necessário caráter eminentemente democrático da formulação das políticas públicas. Na relação dinâmica entre poder público e políticas públicas condicionando suas ações (ainda que por ele construído em tempos diversos) há que se considerar que a validade de qualquer política pública reside no atendimento das demandas da sociedade. Nesse sentido, formar para a participação social nos processos decisórios – a educação é um ato político, como afirma Freire (2003) - é uma demanda fundamental a priori. Sempre é bom lembrar que toda educação é intencional para a formação dos indivíduos (orientada por políticas públicas, é claro) o que pode produzir tanto mudança como ruptura nos padrões sociais existentes.

Esta compreensão exige reflexões sobre a construção de arenas e redes de participação que, em princípio, deveriam condicionar democraticamente a concepção, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais como um todo. Essa participação é fundamental para que as políticas educacionais não se limitem a mera “regulação” do setor, com a criação de leis que expressam limites e cobranças sob perspectivas diversas, mas principalmente, com a indução de novas ações, com uma certa liberdade em termos de postulados e suas necessárias revisões: uma forma mais ou menos aberta, flexível de conduzir os usos dos recursos públicos atendendo efetivamente a sua função social. Assim, o dilema está em como fazer com que a política pública mantenha seu caráter de indução e não se restrinja a mera regulação como apontada acima.

Nesse sentido, o objetivo desta reflexão, neste momento, não é explorar com profundidade os conceitos norteadores do campo das políticas públicas, em especial das políticas educacionais mas apresentar algumas rápidas impressões sobre o o PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (que não se confunde com o PDE do governo federal), que é uma política pública estadual no âmbito educacional para, a partir dele, pensar o conceito de política pública na perspectiva de sua eficiência e eficácia. Considerando ser fundamental para a compreensão de uma política pública saber a quem ela se destina e sob qual contexto ela se faz necessária, este texto se divide em duas partes: na primeira são apresentadas algumas rápidas considerações sobre a ideia de uma crise da educação como pensada por Arendt associada a algumas pesquisas recentes sobre o comportamento dos jovens no Brasil. No segundo momento problematiza o conceito de política pública em educação no intuito de contribuir para a melhoria do processo educacional brasileiro tomando como referência para análise algumas primeiras aproximações sobre o PDE. Feitas estas considerações sobre “o pano de fundo” sobre o qual se inscreve estas reflexões, esperamos que estas primeiras impressões aqui registradas desta pesquisa em andamento inicial possam indicar sendas para o debate no sentido de aprofundar a reflexão sobre o impacto desta política pública educacional no Estado do Paraná pensando-a na perspectiva de um laboratório para compreensão das dinâmicas sociais a ela inerentes e seus resultados.

Política pública em educação: demandas contemporâneas

Discutir políticas públicas na área educacional é um tema ao mesmo tempo complexo e desafiador. Complexo porque há que se considerar conceitos teóricos (governo, poder, política, educação, etc.) que não possuem consenso ideológico na literatura existente, modificam-se historicamente e que se afirmam e/ou (re)configuram sob polaridades diversas a partir das tensões das cotidianidades nelas alicerçadas e

refletidas numa perspectiva dialética. Desafiador porque há um consenso generalizado quanto a afirmação de que “a Educação no Brasil precisa ser radicalmente transformada, melhorada”. Por isso as reflexões realizadas nesta seara necessitam ampliação, aprofundamento e, principalmente, divulgação no sentido de engajar todos os afetados pelas diversas políticas públicas educacionais. A reflexão, análise, divulgação e avaliação são necessárias porque, dentre outros motivos, existe por parte dos professores e gestores das escolas públicas – aqueles que têm, pela natureza de sua função pública, uma ação direta sobre os processos educacionais de forma mais intensa e efetiva - a percepção de que o sistema educacional é eivado de “falhas”, cabendo seu enfrentamento. Só existem formulações de políticas públicas que atendam estas demandas de forma efetiva quando os problemas sociais que motivaram sua existência estiverem devidamente pontuados e tenham sido ampla e irrestritamente discutidos. Percebe-se, por isso, a necessidade de contínua reflexão e análise das políticas públicas educacionais, em termos de sua formulação e impactos, posto que tanto o problema em si quanto os supostos teóricos de sua análise demandam contínua reflexão que apontem para hipóteses de trabalho factíveis em termos práticos e válidos considerando alcance de metas esperadas frente ao contexto educacional brasileiro. Arendt resume bem este movimento instituinte da realidade ao afirmar que:

"Se a política é produto da ação, o que significa agir? [...] o sentido original de agere exprime a atividade no seu exercício contínuo, em contraste com *facere* que exprime atividade executada num determinado instante" (ARENDR, 1972, p.22)

Dessa forma uma política pública, em especial na área educacional, pressupõe seu debate amplo na sociedade antes, durante e depois de sua execução, exigindo uma avaliação constante do processo e dos resultados esperados para que ela não seja apenas *facere*, mas *agere*. Do ponto de vista processual-operacional as políticas educacionais tornam-se obsoletas e/ou inócuas se não forem continuamente revisitadas posto que a sociedade está num movimento em contínua transformação. É mister discutir

a fundamentação epistemológica dos sentidos da educação para os jovens tanto no que diz respeito ao que eles esperam da sociedade quanto ao que a sociedade deles espera. Fundamentalmente, as políticas públicas educacionais devem apontar a preparação destes jovens para enfrentar os desafios do século XXI, estimulando a reflexão e o diálogo, fundamentos de um pensamento crítico, que tenham por finalidade a busca por soluções dos problemas cotidianos a partir de uma postura democrática.

Pensar a ideia de políticas públicas em educação associado à ideia de desenvolvimento social está diretamente relacionado ao trabalho de problematização da realidade educacional. O PDE é um programa que atende professores que trabalham com estudantes, principalmente, na faixa das 11 aos 18 anos. Quem são estes adolescentes? Até a alguns séculos o conceito de “adolescência” não existia e a criança era compreendida e tratada, simplesmente, como um adulto em miniatura. Em termos históricos a concepção de que a criança teria especificidades em relação aos adultos e que estas especificidades deveriam ser levadas em consideração remonta à França nos séculos XVII e XVIII (ÀRIES, 1978). As concepções de criança e adolescência, nos mais diversos países, foram sendo construídas de forma complexa e dialética, com muitos avanços e retrocessos em função das mais diversas circunstâncias políticas, econômicas e culturais. Consideramos que o saldo atual desse processo histórico, no Brasil, é positivo. Existe hoje, por exemplo, a previsão legal de seguridade dos direitos das crianças e adolescentes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) não obstante às críticas a esta legislação e o distanciamento entre a legislação e a realidade de milhares de brasileiros por ela, em tese, contemplados. Nesse sentido é importante ter uma compreensão do universo a que uma política pública em educação se destina, considerando as especificidades do contexto contemporâneo frente ao universo de expectativas que se abrem pela globalização e pelo avanço das tecnologias.

Apresentamos aqui alguns dados provenientes de duas pesquisas abordam o perfil de adolescentes no que tange as relações escola-tecnologia-sociedade. A primeira pesquisa foi apresentada em 2012 e é intitulada de “Gerações Interativas no Brasil:

crianças e adolescentes diante das telas” de agora em diante tratada pela sigla GIB. Foi organizada pelo grupo Telefônica e teve como colaboradores o Fórum Gerações Interativas, a Universidade de Navarra, a Escola do Futuro da USP e o IBOPE. A segunda pesquisa, intitulada “O que pensam os jovens de baixa renda sobre a Escola” (a partir de agora tratada pela sigla OPJ), apresentada em junho de 2013, foi organizada pelo grupo Telefônica, Fundação Víctor Civita e CEBRAP. É claro que o trato das informações delas resultantes não podem desconsiderar as motivações para realização destas pesquisas, quem deu seu suporte econômico-ideológico e as finalidades pretendidas. Entretanto, não é objetivo destas reflexões, neste momento, proceder a uma crítica quanto ao caráter ideológico ou a metodologia empregada nestas duas pesquisas. Buscou-se, tão somente, pinçando alguns dados por elas coletadas, apresentar alguns elementos que podem ajudar a compreender especificidades do perfil dos estudantes nesta segunda década do século XXI, oferecendo pistas para refletir sobre os desafios a elas associadas e como a política do PDE pode ser compreendida enquanto impacto social e resultados esperados.

A primeira pesquisa ressalta, entre outros elementos, as mediações construídas em rede pelos sistemas digitais. Fala de hibridismo e convergência entre as mídias digitais e o acesso dos jovens a estas mídias, demonstrando sua utilização cada vez maior por este público em termos de diversificação de usos e de uma forma cada vez mais crescente em termos de tempo dispensado no seu uso. Isso se deve, por exemplo, ao crescimento do acesso às mídias digitais: em 2005, 17 % dos domicílios da área urbana possuíam computadores sendo 13% com acesso à internet. Em 2011 essa proporção subiu para 51% e 43% respectivamente (GIB, 2012, p. 33). Esse acesso impacta ou induz a uma mudança do perfil dos adolescentes, mesmo porque, para quase metade dos entrevistados, o computador fica no quarto do adolescente. Enquanto, dos pesquisados, 8% afirmou que aprendeu a usar computador na Escola, 66% afirmou que aprendeu a utilizar o computador/acessar a internet sozinho e os demais com amigos e familiares (GIB, 2012, p. 98). Entretanto, quando numa questão de múltipla escolha perguntados sobre o que “fazem na internet”, 54,9% afirmou usá-lo para fazer tarefas escolares (GIB,

2012, p. 105), mas os conteúdos educativos são acessados apenas em 19,5% das vezes (GIB, 2012, p. 109). Dos pesquisados, mais de 80% utilizam redes sociais (GIB, 2012, p. 115) e em outra questão de múltipla escolha, 35% dos entrevistados afirmaram que ficam “nervosos ou aborrecidos” quando, por alguma razão, são impedidos de usar tais recursos. (GIB, 2012, p.135). Entretanto, para 74% dos entrevistados, o uso da internet não implica nem em prêmio nem em castigo. (GIB, 2012, p. 142). Nesta mesma pesquisa 74,7% dos entrevistados informaram possuir telefone celular (GIB, 2012, p. 159) sendo que apenas 19,8 % dos que possuem tal aparelho o obtiveram depois dos 14 anos (GIB, 2012, p. 166). Esta pesquisa também aponta que videogame, televisão e outros aparelhos digitais são preteridos ao computador e ao celular. Um dos resultados desta pesquisa é a percepção de que os jovens tem desenvolvido a capacidade de simultaneidade na execução de diferentes tarefas.

A segunda pesquisa teve como foco jovens de baixa renda entre 15 a 19 anos em São Paulo e Recife. Essa pesquisa analisou dados secundários, principalmente provenientes do PNAD, para construir um quadro geral dos sujeitos da pesquisa destacando elementos como evasão escolar e relação idade/série cursada. Aponta uma queda de proficiência em português e matemática entre os anos de 1999 e 2005 além de um decréscimo do número de aluno no ensino médio noturno. Nesta pesquisa, quando perguntado aos alunos quanto ao uso da internet/computador na escola, considerando as variáveis “não ter computador”, “ter computador e raramente utilizar” as respostas foram sim para 65,3 % dos estudantes de São Paulo e 55,7% em Recife (OPJ, 2013, p. 78). Mais de metade destes entrevistados não abandonariam seu trabalho se a carga horária das escolas fosse ampliada. Para 37,9% deles a escola era mal conservada (OPJ, 2013, p.97) e 24,3% não se sentiam seguros na Escola (OPJ, 2013, p.101) Apesar de 78,1% afirmarem ir para escola para aprender coisas importantes para sua vida e para o futuro e 19,7% afirmarem que a razão de ir para a escola é a simples obtenção de um diploma (OPJ, 2013, p. 89) Para 76,7% deles os colegas de classe fazem muita “zoeira” e bagunça a ponto de atrapalhar as aulas (OPJ, 2013, p.106) ao passo que 59,9% responderam que não faziam parte do grupo que faz zoeira ou bagunça. Os professores

são bem avaliados pelos alunos nos quesitos explicação da matéria, interesse na aprendizagem e apoio aos alunos com dificuldade, mas foi apontado, no levantamento realizado a ausência dos professores como algo comum por 47% dos entrevistados. (OPJ, 2013, p. 113).

A somatória destas informações aponta para, dentre outros, o seguinte questionamento: que tipo de políticas públicas na área educacional deve ser construídas e incentivadas considerando as condições materiais dos estudantes em formação e dos professores que lhes atendem, tendo em vista as desigualdades sociais e a necessidade de sua superação, seus interesses, expectativas e percepções de mundo?

Política pública em educação: aproximações preliminares sobre o PDE

A quem se destina a Escola? Ao estudante, à sociedade. De acordo com a LDB, 9394/96, em seu artigo primeiro, inciso segundo, “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, ou seja, é função do sistema educacional brasileiro devolver à sociedade os jovens que lhe foram confiados como cidadãos e trabalhadores.

Entretanto, os dados das duas pesquisas acima apontam, dentre outros elementos, para os problemas da desigualdade social a partir de uma concepção de inclusão digital. E é por conta desta ordem de constatações que se faz necessário pensar a efetividade de políticas públicas em termos de produzir desenvolvimento social. Tal pressuposto se assenta no fato de que o desenvolvimento não é algo exclusivo do campo econômico. O desenvolvimento de uma sociedade não se mede pelo PIB ou outro indicador assemelhado, mas principalmente pelos elementos que comportam a ideia de existência em uma sociedade mais justa e fraterna. Em outras palavras, desenvolvimento é radicalização da democracia: da democracia econômica, política e social. O simples acesso a escola não significa uma formação para o trabalho e uma formação para a

cidadania. O papel das políticas públicas, de modo especial em educação, é definir formas de atender as demandas sociais considerando a concepção de direitos como um processo sempre em construção. Uma política educacional constitui-se no cumprimento de uma lei, mas, também e principalmente, num processo pedagógico emancipatório que deveria ser pautado pelos princípios da gratuidade, qualidade, laicidade, gestão democrática e atendimento universal – aprofundando-os e ampliando-os cada vez mais, num movimento infindo. Para que ocorra a efetividade desta legislação há que se considerar discussões como a garantia de condições adequadas ao trabalho pedagógico, seus aspectos didáticos, sociais, culturais e de infraestrutura, entre outros. Daí a necessidade de avaliação das políticas públicas em termos de sua formulação, implementação e resultados.

Feitas estas considerações sobre os desafios que as políticas públicas em educação precisam superar, optamos por refletir especificamente sobre o PDE, que surge como política de governo e torna-se uma política de Estado. Os motivos da escolha de tal programa são diversos como, por exemplo, o caráter inovador de sua proposta, seu processo de formulação, o alcance de sua implementação – uma média de 2.000 professores/ano da rede pública, dentre outros. De acordo com o site institucional da Secretaria de Educação do Estado do Paraná:

O PDE é uma política pública de Estado regulamentado pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010 que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense. O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, integrado às atividades da formação continuada em educação, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, conforme previsto no "Plano de carreira do magistério estadual" da referida lei. Seu objetivo é proporcionar aos professores da rede pública estadual subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, e que resultem em redimensionamento de sua prática. (SEED/PR, 2013)

O PDE não é uma política pública regulatória, mas instituinte. De acordo com o “documento síntese”, versão 2013,

O Programa tem como base o movimento contínuo de aperfeiçoamento de formação dos professores no espaço escolar, fortalecendo a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior. É desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/SETI, Secretaria Estadual de Educação/SEED e as Instituições de Ensino Superior/IES públicas do Estado do Paraná. (PDE - Documento Síntese, 2013).

Este programa de formação é realizado no espaço de dois anos, sendo que no primeiro ano o professor PDE é dispensado 100% de suas atividades de sala de aula (com remuneração) e no segundo ano 25%, contemplando 960 horas de atividades organizadas em três eixos de ação:

- a) Eixo 1: atividades de integração teórico-práticas que compreendem a construção de um Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola e a Produção Didático-pedagógica (materiais /encaminhamentos a serem trabalhados na Escola). Após a implementação destas atividades, é requisitada a produção de um trabalho final, em forma de artigo, sobre a experiência realizada sob a orientação de um professor de uma IES (Instituições de Ensino Superior).
- b) Eixo 2: atividades de aprofundamento teórico que compreendem a participação em seminários, encontros, cursos e minicursos, web conferências e outros eventos assemelhados promovidos pela SEED e pelas IES.
- c) Eixo 3: formação tecnológica que compreende tanto informações sobre a utilização do Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede – SACIR bem como a preparação de um curso on-line, a partir das atividades do Eixo 1, para

um grupo limitado a 15 professores, chamado de Grupo de Trabalho em Rede/GTR realizado através do Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalmente on-line.

Esta política pública de formação de professores, visando sua qualificação para melhor atendimento aos estudantes cujas algumas características apontamos no início deste texto possui desafios como:

- a) manter e ampliar continuamente os investimentos para a formação de professores.
- b) tornar o diálogo entre as IES e rede pública de ensino básico cada vez mais aproximados.
- c) ampliar continuamente as estratégias de produção, sistematização e divulgação de materiais didáticos e metodologias de ensino.
- d) reafirmar continuamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- e) aproximar continuamente os diretamente envolvidos com os jovens nas ações educacionais com os gestores públicos da educação a partir da compreensão e discussão da legislação vigente, visando sua contínua melhoria.

Considerações preliminares

A construção de uma sociedade desenvolvida em termos políticos, econômicos e sociais requer uma prática educativa que promova a capacidade de crítica bem como a formulação de propostas que rompam com a injustiça e a desigualdade social.

É fundamental romper com uma cultura histórica de inércia da sociedade civil. A reconstrução da esfera pública, tensionando interesses privados e públicos desencadeia o movimento dialético conflitando paradigmas e promovendo a diversidade já que os antagonismos são a condição (democrática) de superação das mazelas sociais. Mas não existe uma sociedade democrática sem cidadãos democráticos. Não existe

Revista Intersaberes | v8. Edição Especial | nov. 2013 | p. 68-81 | ISSN 1809- 7286

desenvolvimento onde os cidadãos não são críticos e não constroem seus direitos na luta contra as intempéries da existência. O dinamismo do processo democrático sugere a possibilidade de criação de novos direitos e da tomada e efetivo uso destes espaços para seu exercício.

Não se aprende a democracia pelo simples fato de nela estar existindo. O conceito requer tanto um aprendizado teórico prático como o desenvolvimento de habilidades democráticas, possível pela contínua apresentação de práticas que levem a este desenvolvimento. O grande desafio é transformar súditos dóceis e indiferentes em cidadãos, como prescreve a legislação educacional brasileira, cujo olhar é, ao mesmo tempo, indagativo racionalmente e apaixonado emotivamente pelos caminhos em construção da sociedade.

Considerando as especificidades das políticas educacionais é necessário localizar, com clareza, suas qualidades para promovê-las e suas deficiências para alterá-las. Avaliar qualitativamente os resultados das políticas públicas em educação significa pensar, dentre outros, a melhoria da prática profissional dos professores, o nível de satisfação dos egressos com o curso concluído e da sociedade com o desempenho destes estudantes tanto em termos de sua ação como cidadãos e também como trabalhadores. Alguns apontamentos iniciais desta pesquisa indicam o PDE como uma alternativa para a melhoria da Educação no Estado do Paraná pensando a Escola como espaço de construção de uma práxis cidadã. A formação continuada conquistada pelos professores visa atender as especificidades contemporâneas do público ao qual ela se destina neste contexto de ampliação das possibilidades dos usos das tecnologias associadas a uma concepção de escola e a condição material de existência dos estudantes. Verificar em que medida esse atendimento é realizado e como pode ser melhorado é uma das expectativas dos desdobramentos das reflexões aqui iniciadas.

Referências

ARENDR, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ÀRIES, P. **História social da criança e da família**. 2.ed.LCT, 1978.

BORDENAVE, J. D. O. **O que é participação**. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. Lei n.º8.069/1990, de 16 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 01 mai. 2013.

_____. Lei n.º 9.394, de 20/12/1996. Altera dispositivos da lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 mai. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: DELORME PRADO, Luiz Carlos (Org.); D'AGUIAR, Rosa Freire (Ed.). **Desenvolvimento econômico e crise**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012. p. 37-65.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. **Política e educação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003

GERAÇÕES INTERATIVAS NO BRASIL: CRIANÇAS E ADOLESCENTES DIANTE DAS TELAS. Pesquisa disponível em <http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/geracoes-interativas-brasil-criancas-e-adolescentes-diante-das-telas>. Acesso em 01 mai. 2013.

MATOSO, J. O Brasil herdado. In: SADER, E; GARCIA, M. C. **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: Cepal, 1949.

O QUE PENSAM OS JOVENS DE BAIXA RENDA SOBRE A ESCOLA Pesquisa disponível em <http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2012/pensam-jovens-baixa-renda-escola-743754.shtml> Acesso em 01 julho. 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ – EED/PR. Documento Síntese (versão 2013) Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/documento_sintese_pde_2013.pdf. Acesso em 08 de mar de 2013.